



O MUNDO INTERESSA-SE PELA RESISTÊNCIA SAHARAUI

DESDE 2002, VIERAM HOMENS E MULHERES DE 28 PAISES E DE TODOS OS CONTINENTES

Defensores dos direitos humanos, juristas, jornalistas, fotojornalistas, eleitos, cineastas, escritores, sindicalistas e amigos do povo saharauí deslocaram-se ao Sahara Ocidental ocupado para conhecer a realidade das condições de vida e a resistência pacífica do povo saharauí face à repressão colonial.

Europa Espanha Espanha Itália Alemanha Reino Unido Suécia Noruega Países Baixos Portugal Polónia Lituânia Finlândia Finlândia	Dinamarca Suíça Ucrânia	Austrália
	América do Norte Estados Unidos da América Canadá	América do Sul México Argentina Paraguai Uruguai Colômbia Brasil
	África Tunísia	
	Ásia Japão China	

Há 10 anos que Marrocos não tolera a presença de observadores estrangeiros no Sahara Ocidental: profissionais da comunicação social, juristas ou ativistas dos direitos humanos.

Desde 2014, as autoridades de ocupação expulsaram 300 pessoas de 21 países e 4 continentes.

Noruega (133) Espanha (105), Suécia (9), França (6), Itália (6), Estados Unidos (6), Polónia (5), Reino Unido (4), Tunísia (4) Dinamarca (4) Países Baixos (2), Lituânia (2), Canadá (2), Japão (2), Suíça (2) China (1) Portugal (3), Ucrânia (1) Bélgica (1) Alemanha (1) Finlândia (1)

2014 : 53 vicções	2020 : 8 Evicções
2015 : 22 Evicções	2021 : 3 Evicções
2016 : 85 Evicções	2022 : 5 Evicções
2017 : 68 Evicções (5 tados europeus)	2023 : 6 Evicções
2018 : 11 Evicções	2024 : 5 Evicções
2019 : 34 Evicções	

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos da ONU também foi banido pelo nono ano consecutivo.

19 EXPULSÕES DE MARROCOS

- Pessoas em trânsito para o Sahara Ocidental
- Ou no decurso de uma investigação ativista ou de uma atividade profissional sobre a situação dos direitos humanos no Sahara Ocidental e em Marrocos

7 ONG internacionais de 6 nacionalidades expulsas ou banidas de Marrocos

Human Rights Watch	EUA
NOVACT	Espanha
Avocats Sans Frontières	Bélgica
Friedrich Naumann Stiftung	Alemanha
Amnesty International	Londres
Fondation Carter	EUA
Free Press Unlimited	Países Baixos

Atualização 4/11/2024

Michèle Decaster
Ativista anticolonialista
Secretária-Geral da AFASPA
Nacionalidade francesa
Expulsa em 6 de agosto de 2014

Interesse-me pelo conflito da descolonização no Sahara Ocidental desde 1987. Estive nos campos de refugiados em inúmeras ocasiões e cinco vezes no território ocupado, de 2002 a 2013. Em agosto de 2014, quis continuar a recolher durante três semanas histórias de vidas de mulheres e homens para o meu livro “Saharais irredutíveis, mulheres e homens em resistência”, de forma a sensibilizar para a resistência nos territórios ocupados desde a invasão de 1975.

Cheguei a El Ayún na quarta-feira, 6 de agosto de 2014, às 18h50, via Casablanca. Assim que saí do avião, vi um homem à paisana a filmar-me. Em cada uma das minhas cinco visitas anteriores, de 2002 a 2013, fui fotografada, filmada, ouvida e seguida assim que encontrei a resistência saharai, mas nunca tão cedo. Desta vez, o que aconteceu a seguir surpreendeu-me.

Enquanto estava na fila de controlo, um homem à paisana pegou no meu passaporte sem se apresentar e desapareceu num gabinete. Quando regressou, meia hora depois, disse-me que eu era “indesejável” e que tinha de partir no avião que me tinha trazido. Desafiei a expulsão arbitrária e exigi uma decisão judicial. Fui imediatamente cercada por cerca de vinte polícias à paisana. Os pedidos conciliatórios que me convidavam a “ser razoável” foram rapidamente seguidos de intimidação verbal e física. Depois de se apropriar da minha mala de viagem, um homem tentou arrancar-me a bagagem de mão. Torceu-me o braço sem sucesso. Fui maltratada e acabei caída no chão, arrastada para a pista por vários polícias. Sem dúvida, por medo de uma cena diante dos passageiros do avião, decidiram não me levar a bordo à força. Queria avisar o consulado francês e o activista saharai que me esperava, mas o polícia tentou roubar o meu telemóvel, que caiu ao abrir. Não consegui recuperar a bateria, que foi apreendida. Toda esta cena foi filmada. As fotos circularam na internet...

Mais tarde, fui obrigada a entrar num veículo. Fui levada contra a minha vontade às 21h30 ao aeroporto de El Ayún e sequestrada num veículo apresentado como sendo um táxi que me levou a Agadir por três homens, uma espécie de assistentes da polícia, dos quais apenas um sabia algumas palavras de francês. Três carrinhas dos GUS (Grupos de Segurança Urbana) “escoltaram-nos” até à saída de El Ayún, bem como um veículo não identificado, que foi o único a seguir-nos até sairmos do território não autónomo do Sahara Ocidental.

Durante a viagem temi um acidente devido à condução do condutor que conduzia “a alta velocidade”, telefonando constantemente enquanto os grandes camiões vindos de frente o encandeavam muitas vezes. Não consegui apertar o meu cinto partido. Estando a porta traseira bloqueada, em caso de acidente não teria conseguido escapar do veículo. Só fui autorizada a ir à “casa de banho” uma vez, os meus acompanhantes necessitavam de obter o OK duma autoridade superior. O motorista não parou num dos restaurantes mas sim na última bomba de abastecimento dos camiões onde as casas de banho sem electricidade tinham um cheiro nauseabundo, no final de um corredor com porta sem fechadura.

Chegados a Inzgen por volta das 4h30, o motorista queria deixar-me em frente a um “hotel” surrado no primeiro andar de um prédio, onde não havia quartos reservados. Finalmente fui levada para um hotel comum em Agadir.



Publicado no site marroquino 360: “Na noite de 6 de agosto, as autoridades da cidade de Laayoune expulsaram um militante francês pró-Polisario que se tinha comportado de forma agressiva com a polícia marroquina.”

Por Ziad Alami

© foto de um desconhecido...

Itália_Expulsão do Sahara Ocidental 10 e 11 de setembro de 2016

A história de uma NÃO-viagem Caterina Lusuardi, presidente da associação Jaima Sahrawi di Reggio Emilia, Fabiana Bruschi, presidente da associação Berretti Bianchi di Lucca Silvia Prodi, conselheira da região Emilia-Romagna na altura

Voámos de Bolonha para Laayoune, no Sahara Ocidental, com uma escala em Casablanca. Quando chegámos ao nosso destino, antes de podermos desembarcar, 5 ou 6 polícias fardados e à paisana entraram no avião e informaram-nos que não íamos desembarcar e que seríamos mandados de volta no mesmo avião para Casablanca.

Pedimos os motivos e um documento escrito. Responderam que tinham ordens superiores e que não havia documento. Avisámos as pessoas que nos esperavam. Telefonámos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, indicando a embaixada italiana em Marrocos como referência para o Sahara Ocidental, para explicar o que nos estava a acontecer. Disseram-me que não sabiam onde ficava Laayoune, mas que havia um aeroporto onde contactariam um funcionário. Voltaram a telefonar-nos para nos dizer que não podiam fazer nada porque, mais uma vez, disseram que não conheciam Laayoune do Sahara Ocidental. Deduzimos que não iriam fazer nada por nós enquanto víamos o avião preparar-se para partir.

Partimos desconsolados para Casablanca, onde chegámos nessa noite. A entrada do aeroporto parece um posto de controlo improvisado, pois são muito rápidos a examinar os passaportes dos passageiros e igualmente rápidos a examinar os nossos sem os devolver.

Nessa altura, um homem à paisana, que se presumia ser um agente da polícia, ordenou-nos que o seguíssemos e fomos escoltados sabe-se lá para onde por homens também à paisana.

A nossa preocupação aumentou à medida que continuavam a não dar qualquer explicação e acabaram por nos levar para uma zona de trânsito, levantando a possibilidade de sermos repatriados. Passámos a noite nos bancos do corredor, vigiados à distância, sem que ninguém nos viesse oferecer um cobertor ou um copo de água.

Entretanto, contactámos Stefano Vaccari, coordenador do intergrupo parlamentar de solidariedade com o povo sarauí, informámos o presidente da Câmara de Reggio Emilia, Luca Vecchi, e o cônsul geral de Itália em Casablanca, Alessandro Ferranti, que nos visitou brevemente por volta da uma da manhã para se inteirar da situação, confirmando a ideia do repatriamento no primeiro voo, sem alterar nada da nossa situação.

De manhã, fomos levados para a zona de embarque para Itália, ainda sob escolta, mas desta vez com um agente fardado a segurar os nossos passaportes. Na porta de embarque, encontramos o embaixador italiano em Marrocos, a quem relatámos o sucedido e lhe pedimos que contactasse as autoridades para obter informações sobre o caso e, sobretudo, documentos escritos. Disse-nos que, enquanto embaixada italiana em Marrocos, não tinha jurisdição sobre o Sahara Ocidental. Então, como é que o site do ministério faz referência a esse território em caso de emergência? Obrigaram-nos a entrar no avião escoltados por polícias, sem os nossos passaportes, que foram entregues ao comandante.

Quando chegámos a Bolonha, em solo italiano, a tripulação não nos deixou sair do avião e os nossos passaportes foram entregues à polícia italiana de Bolonha, que nos esperava à porta do avião. Os agentes não puderam fazer mais nada senão devolver-nos os documentos e acompanhar-nos até à saída, espantados por constatarem que tudo estava em ordem e que não tínhamos recebido qualquer aviso de expulsão. Além disso, não sabiam nada sobre o Sahara Ocidental.

Era como se nunca tivéssemos partido, nunca tivéssemos chegado, como se nunca tivéssemos decidido ir ao encontro de alguém; como se ninguém estivesse à nossa espera num “não país” que só a União Africana reconhece como nação e que alguns mapas anexam ao Estado que o ocupa, sob o nome de “região”. Acima de tudo, queríamos continuar a forjar os laços entre mulheres que já tinham começado em viagens anteriores que duas de nós tinham feito.

No nosso regresso, recebemos um grande apoio institucional e foi também enviado um pedido formal à embaixada de Marrocos em Itália para saber as razões desta recusa. A resposta que recebemos confirmou a sua total intransigência em relação à causa sarauí, mas também que sabiam tudo sobre nós os três e sobre o que íamos fazer. Sabiam exatamente quando Fabiana e Caterina se deslocariam ao Sahara Ocidental. Fomos qualificadas de “perturbadoras da ordem pública” porque sabiam que

íamos falar com “uma minoria de separatistas da Frente Polisario”. Lamentaram que não tivéssemos entrado em contacto com os representantes eleitos do território, que nos teriam permitido visitar o país livremente. Mas se nos tivessem deixado passar, ter-nos-iam seguido para todo o lado e ter-nos-iam vigiado em frente das casas, como nas nossas viagens anteriores.

Fomos também atacados nos jornais locais por associações marroquinas de Reggio Emilia que afirmaram que estávamos a roubar fundos europeus e que não tínhamos autoridade para defender os direitos humanos.

Em retrospectiva, este episódio complexo, difícil de enquadrar no contexto da nossa experiência humana, leva-nos a pensar que foi uma oportunidade para experimentar a supressão dos direitos fundamentais na nossa própria vida.

A nossa aventura chamou a atenção para o povo sarauí, que foi esquecido durante demasiado tempo, e esperamos que este testemunho suscite nos outros o mesmo arrepio de indignação que sentimos na altura.

Silvia Prodi, Fabiana Bruschi, Caterina Lusuardi
Reggio Emilia



EM 27 DE ABRIL DE 2017, AS AUTORIDADES MARROQUINAS EXPULSARAM CINCO DEPUTADOS EUROPEUS DO SARA OCUPADO A delegação de deputados europeus foi impedida de sair do avião que a transportava de Estrasburgo para o aeroporto de El Ayoun.

A delegação de eurodeputados de diferentes partidos representados no Parlamento Europeu preparava-se para visitar o território ocupado do Sahara Ocidental para se inteirar da situação e encontrar-se com organizações de defesa dos direitos humanos e representantes da sociedade civil no território ocupado.

Os cinco membros do intergrupo “Paz para o Sahara Ocidental” do Parlamento Europeu, entre os quais a presidente do intergrupo, Jytte Guteland, e as suas duas vice-presidentes, Paloma Lopez e Bodil Valero, foram impedidos de sair do avião, via Ilhas Canárias, de onde foram expulsos.

Akihisa Matsuno e Kiyoko Furusawa
Professores universitários
Nacionalidade japonesa
Expulsos em 29 de dezembro de 2017

Nós, Akihisa Matsuno e Kiyoko Furusawa, viajámos para Marrocos e para o Sahara Ocidental no final de dezembro de 2017, tendo sido expulsos depois de passar apenas uma noite em El Aiun.

O que fizemos em El Aiun foi visitar o escritório da MINURSO (Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental) e visitar uma organização de defesa dos direitos humanos, a ASVDH. Foi tudo o que fizemos. Enquanto falávamos com membros da organização dos direitos humanos no seu gabinete, a polícia chegou, meteu-nos à força num carro e expulsou-nos do aeroporto de El Aiun para Tóquio, via Casablanca e Paris.

Akihisa Matsuno era professor de política internacional na Universidade de Osaka e Kiyoko Furusawa professora de economia na Universidade Cristã Feminina de Tóquio. Interessávamo-nos pelo conflito do Sahara Ocidental, mas nunca tínhamos escrito ou feito nada sobre o assunto publicamente. Ambos fomos ativistas do movimento de solidariedade com Timor Leste e apoiámos a autodeterminação do povo timorense até à sua independência, aquando de um referendo organizado pelas Nações Unidas em 1999. Akihisa Matsuno trabalhou na Missão das Nações Unidas para o Referendo em Timor Leste (UNAMET) como funcionário eleitoral. Kiyoko Furusawa era, na altura, secretária da missão de monitorização do referendo dos deputados japoneses.

Chegámos a Rabat a 23 de dezembro de 2017 e passámos lá cinco dias. Reunimo-nos com uma organização dos direitos humanos e também com o Professor Maati Monjib, um conhecido académico dissidente. No dia 28 de dezembro, voámos para El Aiun e fomos diretamente para o Hotel Parador para aí pernoitar. No dia seguinte, dirigimo-nos ao gabinete da MINURSO e conversámos durante cerca de uma hora com um responsável de informação. Quando saímos do gabinete, fomos interpelados por um grupo de polícias e foi-nos dito que não podíamos visitar a MINURSO. Para a visitar, precisávamos de uma autorização da embaixada japonesa em Rabat, o que refutámos como um disparate.

À tarde, fomos à ASVDH. Tínhamos ouvido dizer que era o único grupo de defesa dos direitos humanos reconhecido pelas autoridades marroquinas. Reunimo-nos com os seus membros, mas passados cerca de 30 minutos, o mesmo grupo de polícias entrou no escritório e disse-nos para sairmos. Puseram-nos num carro, dirigiram-se ao hotel para recolher a nossa bagagem e expulsaram-nos do aeroporto de El Aiun. No aeroporto, levaram as nossas máquinas fotográficas e iPhones e verificaram as fotografias que tirámos. Pedimos-lhes que nos deixassem passar pelo nosso hotel em Rabat, porque tínhamos deixado lá duas malas. Disseram-nos que não. Não fomos vítimas de violência por parte da polícia. Trataram-nos com cuidado.

A rota de deportação era El Aiun - Casablanca - Paris - Tóquio. Os nossos passaportes foram retidos pela polícia no aeroporto de El Aiun. Disseram-nos que seriam devolvidos em Paris. Quando chegámos ao aeroporto Charles de Gaulle, fomos entregues à polícia do aeroporto. Disseram-nos para ficarmos numa sala até à partida. Depois, fomos guiados até à porta de embarque, devolveram-nos os passaportes e fizeram-nos embarcar no voo da Air France de regresso a Tóquio. Foram-nos atribuídos os lugares mais recuados do avião. Sentimo-nos tratados como criminosos extraditados. Chegámos a Tóquio a 31 de dezembro. As malas que deixámos em Rabat foram-nos enviadas mais tarde pelo pessoal da embaixada japonesa em Rabat.

A nossa expulsão foi noticiada pelo Sahara Press Service a 31 de dezembro de 2017: <https://archive.spsrasd.info/en/articles/2017/12/30/12924.html>. Um meio de comunicação social marroquino também noticiou o nosso caso. Não entendemos árabe, mas a sua tradução aproximada revela que as autoridades marroquinas suspeitavam de uma ligação entre a nossa visita e a chegada do novo chefe da MINURSO, Colin Stewart, que era funcionário de assuntos políticos da UNAMET em 1999, quando jovem. Claro que se tratava apenas de uma coincidência. Não tivemos qualquer contacto com o chefe da MINURSO.

Nicolas Marvey

Escritor

Nacionalidade francesa

Expulso em 14 de fevereiro de 2019

Em fevereiro de 2019, viajei até ao território ocupado do Sahara Ocidental, para uma investigação pessoal sobre o colonialismo no século XXI. Estive cinco dias em El Ayún (de 9 a 13 de fevereiro), durante os quais essencialmente conduzi sozinho pela cidade para explorar os locais. Ainda consegui falar com Hassanah Abba da ASVDH, enquanto conduzia pela cidade.

Depois de cinco dias em Laâyoune, fui a Smara encontrar-me com activistas dos direitos humanos que, ao que parece, estão ainda mais isolados do que em El Ayún. Comecei por visitar o sítio arqueológico de Asli Boukerch para não levantar suspeitas à polícia. No dia seguinte (14 de fevereiro), fui a casa de Ahmed Naciri, tomando todos os cuidados possíveis. Passei a manhã em sua casa, a recolher testemunhos de familiares e vizinhos que me vieram conhecer. Ao início da tarde fomos informados que se encontrava uma carrinha da Segurança Nacional em frente à habitação. Ahmed saiu para negociar. O chefe dos serviços de informação exigiu-lhe que fizesse sair o estrangeiro de sua casa, o que Ahmed se recusou a fazer. Depois de uma longa discussão, decidi sair para não lhes causar mais problemas do que os que já tinham. Afirmei ter sido convidado para um chá, mas o chefe dos serviços secretos informou-me que eu estava na casa de pessoas cujas actividades “minam a segurança e a integridade do reino”.

Após um rápido interrogatório na esquadra da polícia, fui acompanhado até ao hotel para recolher os meus pertences e depois fui colocado num táxi para Agadir, onde cheguei sete horas e dez minutos depois de controlado policial mais tarde. Não tive de pagar o táxi. No dia seguinte, ao meio-dia, apanhei um táxi no sentido contrário para tentar regressar a El Ayún, para apanhar o meu voo de regresso 4 dias depois, mas fui preso antes de entrar em Tan-Tan e expulso novamente para Agadir, apesar da minha promessa de não sair do hotel até à minha partida.

Cristina Martínez Benítez de Lugo
Ativista anticolonialista, apoiante dos presos políticos saharauís
Nacionalidade espanhola
Expulsa em 6 e 18 de agosto de 2019

Fui expulsa duas vezes do Sahara Ocidental para que não houvesse observadores internacionais num processo que tinha sido previamente organizado. Recordo aqui as circunstâncias dessas expulsões, durante as quais o governo espanhol nada fez para me defender.

A 19 de julho de 2019, a Argélia ganhou a Taça de África de futebol. Os saharauís dos territórios ocupados saíram à rua para festejar e exigir a autodeterminação. A repressão foi feroz e o jovem Sabah Mint Ozman foi morto, atropelado por um carro da polícia marroquina. A polícia disparou armas, atirou pedras, espancou pessoas e pulverizou água sob pressão. Durante a noite, invadiram as casas, saqueando-as e destruindo-as, e levaram vários jovens. Alguns foram libertados, mas nove foram detidos e acusados. O julgamento deveria ter lugar a 7 de agosto.

Desloquei-me a El Aiún no dia 6 de agosto, em nome de um observatório dos direitos humanos, para assistir ao julgamento. No controlo de passaportes do aeroporto, a polícia indignou-se com o motivo da minha viagem, ordenando-me que voltasse para trás. Tentei telefonar para o consulado em Rabat, mas não obtive resposta. O funcionário marroquino gritou-me que o cônsul não tinha nada a ver com o assunto, que estávamos em Marrocos - quer eu gostasse ou não - e que Marrocos era um país soberano.

Puseram-me de novo no mesmo avião para Casablanca. Aí detiveram-me e confiscaram-me o passaporte. Obrigaram-me a dormir num hotel do aeroporto, sem poder sair, e mandaram-me para Madrid no dia seguinte. Ficaram com o meu bilhete de ida Madrid-Casablanca-El Aiún. Não carimbaram a saída de Marrocos. Não me explicaram as razões da expulsão, nem me deram um documento sobre o que se tinha passado.

À meia-noite do dia 6, consegui contactar o consulado espanhol em Casablanca. Disseram-me que se Marrocos me expulsasse, não podiam fazer nada. Voltei a telefonar quando me confiscaram o passaporte e disseram-me que era normal, que mo devolveriam no dia seguinte. Não vi qualquer sinal de preocupação por parte da pessoa com quem falei. O facto de isto me parecer uma violação dos meus direitos não lhe interessou.

O julgamento foi adiado para o dia 19. Escrevi à Subdireção Geral de Proteção e Assistência Consular para denunciar que me tinha sido negado o acesso a El Aiún, que tinha sido privada da minha liberdade de circulação ao ser detida e que o meu passaporte tinha sido confiscado. Pedi que alguém me defendesse. Pedi proteção para a minha próxima deslocação a El Aiún, que teria lugar no dia 18 de agosto para assistir ao julgamento, que tinha sido adiado.

O Serviço de Proteção e Assistência Consular respondeu-me que lamentava o “incidente” ocorrido durante a minha viagem e encaminhou-me para o consulado de Orão [nota: cidade argelina], para saber o que fazer!

No dia 18 de agosto, fui expulsa uma segunda vez. Desta vez, a polícia estava à minha espera nas escadas do avião que fazia escala em Casablanca. Insisti com o consulado de Casablanca, mas disseram-me que não podiam intervir.

Depois desta segunda expulsão, no dia 19, recebi um e-mail da Proteção e Assistência Consular a reconhecer o seu erro e a dar-me o endereço eletrónico do consulado geral em Rabat.

Em conclusão, esta Subdireção-Geral não tratou do meu caso, encaminhando-me - tardiamente - para um consulado, errado ou não, apesar de eu ter denunciado a ineficácia do consulado.

É lamentável que o Ministério dos Negócios Estrangeiros não me tenha contactado em momento algum, exceto nestas duas ocasiões, para fugir ao assunto. Que a Espanha considere normal expulsar um cidadão espanhol do Sahara Ocidental e não peça explicações a Marrocos nem tente acolher-me, deixando-me desprotegido, tal como os saharauís.

Marrocos não pode expulsar quem quer que seja do Sahara Ocidental, nem de uma zona de trânsito que lhe dê acesso. Pedi proteção ao Ministério e, quatro anos mais tarde, por ocasião duma campanha internacional, reiterei isso a Borrell [nota: atual Alto Representante da EU para a Política Externa, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha], dessa vez perante a EU, para mim e para todos: que ele interviesse junto das autoridades marroquinas para pôr fim a essa situação única no mundo, de forma a ser possível entrar nesse território não autónomo, cuja administração “de jure” incumbe à Espanha. Marrocos, potência ocupante não tem qualquer legitimidade internacional para interditar o acesso ao mesmo.

Elli Lorz

Fotógrafa membro do estúdio fotográfico Hans Lucas

Nacionalidade: francesa e irlandesa

Expulsa em setembro de 2021

Comecei a especializar-me gradualmente no conflito do Sahara Ocidental, o que me levou a passar algum tempo no território ocupado, em estadias de duração variável. Como o território está interdito a observadores estrangeiros, é um ambiente de trabalho difícil, uma vez que é preciso trabalhar arduamente para escapar à vigilância, afim de poder documentar, e todos os dias se corre o risco de expulsão.

Vivi em El Aiun entre maio de 2019 e outubro de 2020 para realizar a parte final de um documentário. A 12 de outubro, um amigo alertou-me para o facto de os serviços secretos marroquinos estarem a tentar localizar-me e, dois dias depois, deixei o país com o meu veículo. Entre 14 e 15 de outubro, dois dos discos rígidos externos do meu computador foram desmontados secretamente e substituídos por discos vazios e desconhecidos. Os testemunhos manuscritos foram roubados e substituídos por folhas de papel em branco. No dia 15 de outubro, ao manusear estes objetos, tive uma reação alérgica nas mãos e depois nas zonas do rosto que tinha tocado com as mãos. No dia 16 de outubro, consultei um médico em Rabat, que me alertou para a reação nas mãos. Também neste caso, suspeito que a polícia marroquina esteja envolvida. De El Aiun a Tânger, sou vigiada durante todo o trajeto por polícias a pé, em scooters e em carros. Como o meu ferry foi cancelado e adiado, estive exposta à polícia durante 7 dias. Sabia que estavam à espera que eu chegasse ao porto e que esta fase representava um risco para mim. Quando expliquei a minha situação à entrada do consulado francês em Tânger, o cônsul recusou-se a ajudar-me, a abrir-me o portão ou a guardar os meus computadores e cartões SD em segurança. Como também tenho nacionalidade irlandesa, contactei os Negócios Estrangeiros na Irlanda e a ONG Front Line Defenders, que acompanhariam a minha situação por telefone até eu sair do país. Tentei apresentar uma queixa por roubo contra X no dia 20 de outubro na esquadra da polícia de Tânger, para ter um registo dos roubos ou da obstrução à apresentação da queixa. O meu passaporte foi confiscado e fiquei detida na esquadra da polícia durante 6 horas. As trocas de palavras e as discussões que tiveram lugar revelaram um espírito de vingança em reação ao seu conhecimento tardio das minhas visitas ao Sahara ocupado. Às 22 horas, a polícia diz-me para “sair de Marrocos”. Chego ao porto de Tânger Med uma hora antes da partida do meu ferry. Depois de uma revista regular do meu carro pela alfândega, fui escoltada durante 3 km até um hangar no porto de carga para um dito “scanner”. Fui obrigada a deixar o meu carro destrancado e a esperar no exterior do hangar. Durante este tempo, um dos meus computadores foi desmontado e o disco rígido roubado. O roubo foi efetuado por polícias à paisana, tendo o chefe da alfândega supervisionado e informado um terceiro por telefone. O chefe da alfândega recusou-se a aceitar a minha queixa e fui levada de volta para a zona dos passageiros. Uma pequena multidão tinha-se reunido ali: forças auxiliares, polícias, a marinha real e outros funcionários. Abdellatif Hammouchi apresenta-se-me como chefe da polícia e tira-me o passaporte. O meu veículo é revistado 3 vezes. Embarquei no ferry às 2 da manhã, após 3 horas de buscas, e saímos do porto escoltados por duas fragatas até sairmos das águas territoriais. Tanto na esquadra de Tânger como no porto, documentei os acontecimentos (gravações áudio e vídeo).

Em junho de 2021, descobri que a espionagem com o software Pegasus do telefone de Claude Mangin [nota: esposa de Naâma Asfari, preso político saharauí em Marrocos], a partir de 8 de outubro, coincidia com a descoberta pelas autoridades marroquinas da minha presença no Sahara ocupado e com a seleção do meu trabalho. Em setembro de 2021, apanhei um voo para Marraquexe. Quando desembarquei, a polícia informou-me que tinha sido proibida de entrar no país em 20 de outubro de 2020. Fui retida durante 8 horas no aeroporto e expulsa durante a noite para a outra ponta de França, para me dissuadir de tentar voltar a visitar o país. Recorri para o tribunal administrativo de Marraquexe. O meu recurso foi considerado inadmissível e foi-me dito que a razão da proibição de entrada no país não podia ser revelada, com o argumento de que eu era uma ameaça para a segurança marroquina. Como o meu trabalho é publicado sob pseudónimo, a proibição de entrada será a única admissão das autoridades marroquinas de que o meu trabalho foi acedido ilegalmente. Em vez de uma apreensão policial, os roubos permitem esconder a censura exercida e a falta de liberdade de expressão no Sahara Ocidental. A proibição da minha entrada em Marrocos é uma sanção administrativa marroquina imposta por tempo indeterminado. Estas expulsões e proibições de entrada limitam a solidariedade e isolam os saharauís sob ocupação, permitindo que as violações continuem impunemente. Tudo isto faz parte da lógica dos mecanismos de opressão marroquinos no Sahara Ocidental.



Os membros de uma delegação de 62 jovens da Noruega e 6 da Suécia, Países Baixos, Lituânia, Estados Unidos, Canadá e Polónia foram detidos e expulsos pela polícia marroquina entre 17 e 21 de janeiro de 2016, no sul de Marrocos e no Sahara Ocidental, onde se iam encontrar com jovens e com a população do território ocupado do Sahara Ocidental.



Os 52 jovens membros de uma delegação do Partido da Solidariedade Vermelha da Noruega, Dinamarca, Suécia, Países Baixos e Lituânia foram detidos e expulsos pela polícia marroquina entre 21 e 25 de janeiro de 2017 nos postos de controlo de Ifni, Guelmim e Tan Tan e no aeroporto de El Ayoun, quando se dirigiam ao Sahara Ocidental para se encontrarem com jovens e com a população do território ocupado por Marrocos.



Dois estudantes noruegueses foram **expulsos em 01/11/2024 pela polícia marroquina** quando se encontravam em casa de Sidi Mohamed Daddach, um ativista dos direitos humanos em El Ayoun. Tinham ido investigar as opiniões dos cidadãos saarauís sobre os projectos de energias renováveis que estão a ser desenvolvidos no Sahara Ocidental ocupado.



Dois jovens membros do Comité da Juventude do sindicato norueguês Styrke foram **expulsos pela polícia marroquina a 04/11/2024** da casa Mina Bali, em El Ayoun, onde se tinham deslocado para se encontrar com a sociedade civil saharai sobre os projectos de energias renováveis e a situação no Sahara Ocidental ocupado.